

CORREIO POLÍTICO



Lula Marques/Agência Brasil

Texto trata de execução de emendas na LOA

Câmara aprova projeto que altera emendas

Após receber o texto do Senado, a Câmara dos Deputados aprovou, em um esforço concentrado na terça-feira (19), o projeto de lei complementar (PLP) 175/24, que regulamenta as regras de transparência, execução e impedimentos técnicos de emendas parlamentares ao Orçamento da União. O projeto segue para sanção presidencial. A proposta surgiu devido

a uma decisão do Supremo Tribunal Federal em suspender a execução de emendas parlamentares até que fossem definidas regras sobre controle social, transparência, impedimentos e rastreabilidade. Relator da medida, o ministro Flávio Dino exigiu que as emendas só poderão ser pagas pelo Poder Executivo mediante total transparência sobre sua rastreabilidade.

Arcabouço

O texto deixa de fora do limite do arcabouço fiscal as emendas de modificação se elas forem de interesse nacional, podendo ter destinatário ou localização específica se isso já constar do Projeto de Lei Orçamentária. Atualmente, 3% da receita líquida da União são direcionados às emendas.

Mudanças

Em 2025 as emendas para despesas primárias seguirão o critério da receita líquida, exceto para emendas de correção de erros. A partir de 2026, o limite será a correção do valor do ano anterior pelo IPCA + crescimento real equivalente a 70% ou 50% do crescimento real da receita primária.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Parceria entre PSB e PT, no Ceará, enfraquecida

CE: Cid Gomes sinaliza rompimento com governador

O senador Cid Gomes (PSB-CE) anunciou a seus aliados o rompimento com o governador Elmano de Freitas (PT), encerrando uma parceria política entre os dois grupos políticos que vem desde 2006. A decisão foi revelada por Cid a aliados mais próximos no último sábado (16). Como levantou o jornalista João Pedro Pitombo, da Folha-

press, na ocasião, ele alegou incômodo com o fato de ter sido aliado de decisões estratégicas para o grupo governista e criticou uma suposta postura de hegemonia a do PT do Ceará. Em reunião da executiva estadual do PSB nesta terça-feira (19), em Fortaleza, Cid afirmou à imprensa que ainda não havia uma decisão final.

'Sem reversão', diz aliados

"Não tem nada decidido, a gente tem que aguardar o final das etapas. Em política a gente tem que ter ritos, eu faço questão de obedecer a todos os ritos", disse Cid. Ele afirmou que a decisão não deve demorar e será anunciada em uma nota oficial. Aliados, contudo, tratam o rompimento com como uma decisão tomada e com poucas chances de reversão. "Cid é muito resiliente, para ter chegado ao ponto de romper é porque a situação estava insustentável. Ele vinha mostrando descontentamento com o excesso de decisões que eram feitas exclusivamente pelo PT e para o PT", disse a deputada estadual Lia

Gomes (PDT), irmã do senador. Com a decisão, Cid segue na mesma direção do irmão e também ex-governador do Ceará Ciro Gomes (PDT), que rompeu com o PT nas eleições de 2022. Desde então, os irmãos se afastaram politicamente. As insatisfações de Cid vinham sendo compartilhadas com o senador licenciado e ministro da Educação, Camilo Santana (PT), que despontou como principal líder do grupo político após duas gestões frente ao governo cearense. O estopim para a ruptura foi a decisão de Elmano de apoiar a candidatura do deputado Fernando Santana (PT) para a Presidência da ALCE.

Operação da Polícia Federal enfraquece o PL da Anistia

Presidente do Senado classifica caso 'extremamente preocupante'

Por Karoline Cavalcante

Com a deflagração da "Operação Contragolpe" pela Polícia Federal, a possibilidade de avanço do Projeto de Lei (PL) 2858/2022, que concede anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023, ficou comprometida. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, afirmou em entrevista à Globo-News que considera "incogitável" e "irresponsável" tratar do tema neste contexto.

"Acho incogitável falar em anistia nesta quadra e neste quadro. Seria até irresponsável. Como todos sabem, tenho vários interlocutores no meio político, e não me parece que faça qualquer sentido, antes mesmo de termos uma denúncia, se falar em anistia", afirmou o decano.

Em análise do cientista político Rócio Barreto, dada ao Correio da Manhã, o projeto foi "por água abaixo" e a ineligibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) deverá ser mantida. "O PL da Anistia foi por água abaixo. Alguns partidos já estão pedindo até o arquivamento do PL da Anistia, e a condição de inelegibilidade do presidente Bolsonaro deverá se manter", afirmou Barreto.

O Partido dos Trabalhadores (PT) apresentou, nesta quarta-feira (20), um requerimento ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), solicitando o arquivamento do PL da Anistia. O partido considera "de todo inoportuno e inconveniente" a continuidade da tramitação do projeto após a investigação da Polícia Federal e o suposto atentado a bomba na sede do Supremo Tribunal Federal (STF). No pedido, o PT argumentou que o projeto poderia beneficiar os comandantes da "trama golpista".

Operação Contragolpe

Na terça-feira (19), a PF prendeu quatro militares das Forças Especiais e um policial federal envolvidos em uma suposta organização criminosa, responsável por planejar um golpe de Estado e o assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, que, na época, presidia o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao autorizar a investigação, Moraes afirmou que há indícios "robustos e gravíssimos" de que os investigados atuaram para executar o planejado. "Os elementos trazidos aos autos comprovam a existência de gravíssimos crimes e indícios suficientes da autoria, além de demonstrarem a extrema periculosidade dos agentes, integrantes de uma organização criminosa, com objetivo de executar atos de violência, com monitoramento de alvos e planejamento de sequestro e, possivelmente, homicídios", disse o ministro.

De acordo com as apurações, foi identificado um minucioso planejamento operacional denominado "Punhal Verde e Amarelo", que seria executado no dia 15 de dezembro de 2022, com o objetivo de impedir a posse do governo eleito em 2022. O planejamento detalhado pelos investigados contemplava a utilização de recursos humanos e bélicos para a execução das ações, incluindo



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Operação prendeu quatro militares e um policial federal

técnicas militares avançadas. Além disso, previa a criação de um "gabinete institucional de gestão de crise", que seria integrado pelos próprios investigados para gerenciar os conflitos institucionais gerados a partir dos ataques.

Um ponto específico do plano faz referência aos codinomes usados para identificar os alvos, sendo "Jeca" uma alusão a Lula e "Joca" a Alckmin. O documento destacava que a eliminação de ambos seria necessária para extinção da chapa vitoriosa. Além disso, sugeria que, devido à vulnerabilidade de saúde de Lula e suas frequentes idas a hospitais, poderia ser utilizado envenenamento ou substâncias químicas para provocar um colapso orgânico no presidente eleito.

Depoimento

Os indícios iniciais surgiram a partir de mensagens recuperadas do celular do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) com o coronel do Exército Marcelo Câmara, ex-assessor de Bolsonaro. As conversas indicavam que os investigados estavam monitorando Alexandre de Moraes.

"A investigação conseguiu identificar novos elementos de prova que comprovaram a efetiva realização de atos voltados ao planejamento, organização e execução de ações para monitorar o ministro Alexandre de Moraes", afirmou a PF.

Cid prestou depoimento à Polícia Federal na terça-feira (19) e está agendado para um novo interrogatório nesta quinta-feira (21), com o objetivo de esclarecer contradições em sua delação premiada, na qual se comprometeu a revelar os fatos dos quais teve conhecimento durante o governo de Bolsonaro.

Kids Pretos

Foram presos preventivamente os militares do Exército Hélio Ferreira Lima, Rafael Martins de Oliveira, Rodrigo Bezerra Azevedo, o general da reserva Mário Fernandes, e o agente da Polícia Federal Wladimir Matos Soares, todos

membros do grupo denominada "Kids Pretos".

Durante a operação, além das prisões, foram cumpridos três mandados de busca e apreensão e 15 medidas cautelares diversas da prisão. Entre as medidas, destacam-se a proibição de contato com outros investigados, a proibição de deixar o país — com a entrega dos passaportes no prazo de 24 horas — e a suspensão das funções públicas dos envolvidos. A operação teve apoio do Exército Brasileiro e foi realizada nos estados do Rio de Janeiro, Goiás, Amazonas e no Distrito Federal.

De acordo com a PF, os fatos investigados configuram, em tese, os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e organização criminosa.

Planalto

A Polícia Federal também identificou que o documento foi impresso por Mário Fernandes no Palácio do Planalto, em 09/11/2022, quando o então presidente Jair Bolsonaro estava no local. Após a impressão, o documento foi levado ao Palácio da Alvorada, residência oficial de Bolsonaro à época. No mesmo período, também foi registrada a presença de Mauro Cid e Rafael De Oliveira no local.

Além disso, foi mencionado que uma reunião entre Cid e Oliveira ocorreu na residência do general Walter Souza Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil e candidato a vice-presidente na chapa de Jair Bolsonaro em 2022. Após o encontro, um documento intitulado "Copa 2022" começou a circular entre os investigados. Segundo a Polícia Federal, o documento formalizava o apoio ao plano, além de detalhar as necessidades logísticas e os recursos necessários para a execução da operação clandestina do grupo.

O ex-presidente não se manifestou sobre a operação conduzida pela PF. No entanto, seu filho, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), criticou a decisão judicial, considerando-a antidemocrática. Ele usou as redes sociais para afirmar que

"pensar em matar alguém não é crime".

"Por mais que seja repugnante pensar em matar alguém, isso não é crime. E para haver uma tentativa é preciso que sua execução seja interrompida por alguma situação alheia à vontade dos agentes. O que não parece ter ocorrido. Sou autor do projeto de lei 2109/2023, que criminaliza ato preparatório de crime que implique lesão ou morte de 3 ou mais pessoas, pois hoje isso simplesmente não é crime. Decisões judiciais sem amparo legal são repugnantes e antidemocráticas", afirmou.

Por um detalhe

Em entrevista à imprensa, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, disse que falou com Lula por telefone e ele se mostrou "surpreso e estupefato" com as revelações da investigação. "Estava surpreso, estupefato com a dimensão deste golpe. Ele não podia imaginar que poderia ser vítima fatal desses agentes criminosos", disse Lewandowski.

Em meio à programação do G20, no Rio de Janeiro, o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta, afirmou que o plano de assassinato das autoridades brasileiras "só não se concretizou por um detalhe". "Estamos falando de uma ação concreta, objetiva, que revela elementos extremamente graves sobre a participação de pessoas próximas ao governo [Jair] Bolsonaro no golpe que tentaram executar no Brasil, impedindo a posse do presidente e do vice-presidente eleitos", declarou Pimenta.

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD), também se manifestou, classificando as suspeitas de envolvimento de militares como "extremamente preocupantes". "Não há espaço no Brasil para ações que atentem contra o regime democrático, e muito menos para quem planeja tirar a vida de qualquer pessoa. Que a investigação alcance todos os envolvidos, para que sejam julgados com o rigor da lei", afirmou Pacheco.